



**OS DESAFIOS DO ENSINO
REMOTO NO CONTEXTO
EDUCACIONAL BRASILEIRO**

MARISTELA SCREMIN VALÉRIO

Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto as setas laterais podem lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!



SUMÁRIO





APRESENTAÇÃO

Prezados alunos

Este e-book interativo propõe uma discussão sobre os desafios e desigualdades na área da educação nos tempos contemporâneos, especialmente as que foram evidenciadas no ano de 2020, com o agravamento da pandemia de COVID-19, que obrigou as escolas a suspenderem as atividades presenciais e adotarem o ensino remoto.

Qual é a realidade do acesso à educação no Brasil? O que se aprendeu com a experiência desses últimos meses? As escolas, professores e alunos estavam preparados para tantas mudanças? Quais as lições a tirar para um futuro, que sinaliza a união indissociável entre educação e tecnologia?

Serão essas as discussões que norteiam as páginas deste e-*book*. Espero refletirmos juntos.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 26 de fevereiro de 2020 o Brasil registrou o primeiro caso de COVID-19. Menos de um mês depois, em 17 de março, a primeira morte pelo novo vírus, em São Paulo, acendeu um alerta em todos os estados brasileiros sobre o perigo iminente de contágio. A partir de então, muitas mudanças aconteceram na vida dos brasileiros: restrição de circulação em locais públicos, toque de recolher, fechamento do comércio e de setores de serviço e, especialmente, o fechamento das escolas e demais instituições de ensino por tempo indeterminado.

Com a demora na compra de vacinas e sem um planejamento centralizado de controle e enfrentamento da pandemia, mais de 500 mil brasileiros perderam a vida para a COVID-19 entre 2020 e 2021. Diversos setores da economia sofreram danos irreparáveis e, na educação, milhões de crianças e jovens em todo o país ainda estão, mais de um ano depois do início da crise sanitária, sem frequentar a escola.

As perdas educacionais nesse período são irreparáveis, como mostram os resultados do ENEM em 2020, que teve o menor número de inscritos e o maior número de faltantes em treze anos. O medo da contaminação e a consciência do despreparo para enfrentar a prova foram os principais fatores alegados pelos jovens para não fazer a prova que dá acesso às principais universidades e faculdades do país.



Para minimizar o estrago, a maioria dos estados adotou o ensino remoto, como alternativa, para que o ano letivo não fosse totalmente perdido. A solução parecia boa: um computador ou celular com acesso à *internet* e o aluno tinha acesso aos conteúdos escolares, mantinha contato com professores, tirava dúvidas, resolvia atividades. Porém, o novo modelo, adotado às pressas, escancarou as grandes feridas de um Brasil desigual e aumentou ainda mais o abismo educacional que existe no país.

Enquanto as crianças e jovens das classes médias e altas, moradores dos centros urbanos contavam com a melhor tecnologia para dar continuidade aos estudos, alunos pobres, moradores das periferias ou das regiões mais afastadas dos centros tiveram dificuldade de acesso à *internet*, falta de equipamentos ou até mesmo a falta de estrutura nas casas para encontrar um lugar silencioso e privativo para se concentrar.

Para compreender a relação entre educação e sociedade no século XXI é importante analisar melhor a relação entre educação e tecnologia. E a pandemia de COVID-19 já é um marco nessa relação, ao impor a alunos e professores uma nova realidade. Certamente, a maneira de ensinar e aprender e o conceito de escola e educação não serão os mesmos, a partir da segunda década do século XXI.



Figura 1 – Rua de Salvador vazia devido à pandemia



Fonte: Jeferson Santu/Unsplash.

A notícia publicada pela Agência Brasil, em 28/03/2020, mostra um momento histórico: as primeiras medidas restritivas adotadas pelos governos estaduais para a contenção da COVID-19 no Brasil. Mais de 15 meses depois, as escolas são os poucos estabelecimentos que ainda não voltaram a funcionar com regularidade, no país.

Como você se sentiu quando as medidas restritivas foram anunciadas em sua cidade?

Veja as medidas restritivas que cada estado adota para combater a COVID-19.


Medidas adotadas pelos estados para combate à pandemia – Agência Brasil

2. EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA HISTÓRIA DE ELITISMO E EXCLUSÃO

A pandemia de COVID-19 escancarou e aprofundou desigualdades no acesso à educação, no Brasil, mas, é preciso lembrar que essas injustiças não nasceram em 2020, são fruto de uma estrutura desigual que permeia toda a história da educação no país. Para o pesquisador Amarílio Ferreira Jr. (2010), a história da educação brasileira está pautada no binômio elitismo e exclusão, o que explica o fato de que as escolas sempre existiram desde o início da colonização portuguesa no Brasil, porém nunca foram acessíveis para todos.

Desde a primeira escola em solo brasileiro, implantada em Salvador, por Manoel da Nóbrega, em 1549, até pouco tempo atrás, as escolas eram espaços exclusivos da elite. Foi necessário o impulso da filosofia positivista na passagem do século XIX para o XX para que a percepção de que um povo educado era sinônimo de progresso e o Estado começasse a ampliar o acesso à educação. Mesmo assim, foi necessária muita luta para que as populações mais marginalizadas tenham a educação como um direito garantido constitucionalmente.

Ferreira Jr. salienta que é preciso distinguir o acesso amplo e universal à escola de uma educação de qualidade. O pesquisador chama atenção para o fato de que, a partir do momento em que frequentar a escola é direito de todos, novas formas de elitismo são produzidas para continuar mantendo o distanciamento entre uma



elite abastada e outras camadas da população. Escolas de qualidade são sinônimo de escolas pagas, inacessíveis para a maioria, enquanto as escolas públicas vão mirrando com a falta de investimento do Estado e com currículos voltados para formar a massa de pessoas “[...] privadas dos conhecimentos clássicos universalmente reconhecidos pela humanidade.” (FERREIRA JR., 2010, p. 13). Dessa forma, o elitismo permanece, mas assume um novo patamar: “[...] agora as crianças das classes populares frequentam a escola, mas são privadas do conhecimento.” (FERREIRA JR., 2010, p. 13).

Olhando para a população negra e indígena, os moradores do campo, a desigualdade é ainda maior. A dificuldade de acesso, as longas distâncias e conteúdos desconectados com a realidade dos alunos são impedimentos e pouco estimulantes para que permaneçam e se engajem com os estudos pelo tempo mínimo necessário.

É preciso colocar nessa conta ainda a questão de gênero, visto que a entrada das mulheres na escola se deu de maneira mais ampla em meados do século XX. Antes disso, mesmo as filhas de famílias abastadas, recebiam uma educação precária, com foco na vida doméstica e no casamento, o que fez que durante muito tempo ficassem privadas de qualquer tipo de instrução útil para se desenvolver socialmente. Em 1881, Ina von Binzer, uma jovem professora alemã que veio ao Brasil ensinar alemão para os filhos das elites, escreve um relato no qual mostra seu choque quanto à educação destinada às mulheres brasileiras:



As melhores famílias não mandam absolutamente suas filhas para colégios e devido a isso esta sociedade é, em geral, a menos educada ou a mais selvagem que se pode encontrar; exaltam-se, gritam e chegam não raras vezes a ficar com o rosto enrubescido como cerejas. [...] Assim que [as moças] conseguem pronunciar algumas frases em francês e arranhar o piano, está terminada a sua educação. Saem da escola e são moças que os pais, com o máximo de cuidado, preservam de qualquer contato com os homens. (BINZER, 1991, p. 63 *apud* LAJOLO; ZILBERMAN, 2019, p. 330)

Observações parecidas com a de Ina Von Bizer foram feitas pelo pintor francês Jean Baptiste Debret, que esteve no Brasil no século XIX e fez várias aquarelas mostrando o cotidiano do Rio de Janeiro, e que são importantes documentos históricos que ajudaram a compreender os usos e costumes da época. As descrições que escreve sobre as cenas retratadas nas telas ajudam a compreender como era a rotina dos brasileiros nos tempos do rei. Nos quadros “Uma senhora de algumas posses em sua casa” e “Uma família pobre em sua casa”, Debret retrata a situação de mulheres de diferentes classes sociais, mas cujos costumes se assemelham: a relação com a escravidão, o ócio e as atividades manuais como única ocupação possível para as mulheres, encerradas no ambiente doméstico.



Figura 2 – Comparativo de classes no século XIX nas pinturas de Jean-Baptiste Debret

1. Uma senhora de algumas posses em sua casa



Aquarela sobre papel, 16,2 x 23 cm, Jean-Baptiste Debret, Rio de Janeiro, 1823.

2. Família pobre recolhendo o produto do trabalho da negra velha que carrega água



Aquarela sobre papel, 16 x 22 cm, Jean-Baptiste Debret, Rio de Janeiro, 1827.

Fonte: Blog Ensinar História.


Confira a descrição feita por Debret de suas aquarelas.

Debret descreve suas obras – Blog Ensinar História

3. EDUCAÇÃO PARA QUEM? UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA ÚLTIMA DÉCADA


Foi apenas na Constituição Federal de 1988, que a educação é considerada “direito de todos e dever do Estado e da família” (art. 205). A partir de então houve um esforço grande do Estado em promover a universalidade do acesso à educação para crianças e jovens, do ensino básico ao superior. Mesmo assim, o tempo que os brasileiros passam na escola ainda é pequeno, como mostram as pesquisas direcionadas ao tema. Segundo dados do último Pnad Educação, realizado em 2018, a quantidade de tempo que os brasileiros passam na escola aumenta 0,2% ao ano, mesmo assim, a média é de apenas 9,3 anos e varia quando levados em consideração fatores como região, gênero e classe social e raça. Para se ter comparação, em países desenvolvidos, como Alemanha e EUA, as crianças e adolescentes permanecem na escola, em média, por 14 anos, cinco anos a mais do que a média brasileira.

Em relação às mulheres, há uma mudança significativa em relação ao que foi retratado no século XIX, por Binzer e Debret. Hoje, são as meninas que permanecem mais tempo na escola, em média 9,5 anos, enquanto os homens estudam em média 9 anos. Infelizmente, o tempo maior de escolaridade das mulheres não reflete em melhores condições no mercado de trabalho, já que as mulheres ainda recebem salários 26,5% menores que os homens, mesmo quando




desempenham as mesmas funções. Entre os fatores que afastam as meninas da escola estão a gravidez precoce e o casamento infantil, ainda muito comum no Brasil e a necessidade de ajudar a família nos trabalhos domésticos, carga que ainda é culturalmente imputada às meninas.

Quando analisado o fator racial, percebe-se que a diferença em anos de escolaridade entre brancos e pretos ainda é grande. As pessoas brancas ficam 10,3 anos na escola, mas o número cai para 8,4 quando são pretas e pardas. A desigualdade racial no acesso à educação é reflexo das feridas ainda não cicatrizadas dos mais de 300 anos de escravidão de africanos trazidos para trabalhar, em sua maioria, nas lavouras brasileiras. O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão, apenas em 1888, às portas do século XX. Porém, nenhuma medida de inserção da população negra foi pensada para aqueles que foram libertos. Muitos continuaram trabalhando nas fazendas dos antigos donos, em situações muito análogas à da escravidão a que estavam submetidos anteriormente, e, nas cidades, a massa de ex-escravizados habitaram as margens das cidades, dando origem às favelas conhecidas até hoje. Sem acesso ao trabalho e às condições dignas de vida, não é de espantar que as crianças e jovens negros também não tivessem acesso aos bancos escolares. Ainda hoje, são essas mesmas questões que afastam os jovens negros da escola.



A discussão sobre a desigualdade racial nas escolas e universidades brasileiras ganhou fôlego a partir dos anos 2000 e algumas medidas foram tomadas para reduzir a desigualdade racial nos espaços educacionais e incluir temas relacionados às outras etnias não brancas que compõem a colcha de retalhos da construção da identidade brasileira. Em 2003, foi sancionada a lei nº 10.639, que estabeleceu nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira. Em 2008, outra emenda acrescentou também a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nas escolas.

Em 2012, a implementação da lei nº 12.711, conhecida também como Lei de Cotas, que prevê a reserva de vagas para pessoas negras no Ensino Superior, incrementou as medidas de reparação da desigualdade racial de acesso ao Ensino Superior e mudou o perfil de muitas universidades brasileiras, até então majoritariamente compostas por alunos brancos de classe média. Mesmo com esses esforços, a relação entre educação e questões raciais ainda é bastante reveladora sobre o racismo amalgamado na sociedade brasileira e está longe da conquista da equidade.



Outro fator de desigualdade no acesso e permanência na escola está relacionado à questão geográfica. Em um país de dimensões continentais, com paisagens tão diferentes e distribuição de recursos tão desigual, há regiões que sofrem com a falta de acesso às escolas. Prova disso é que a menor taxa de permanência na escola está no Nordeste brasileiro, onde a média dos jovens estudam 7,9 anos. Em contrapartida, no Sudeste, uma das regiões mais ricas e desenvolvidas do país, a média de permanência é de 10 anos.


O panorama apresentado pela pesquisa do Pnad Educação aponta para aquilo que já é sabido: o acesso à educação no Brasil não é universal e homogêneo e está condicionado a diversos fatores sociais, econômicos, culturais e regionais. Obviamente, a pesquisa foi centrada apenas no tempo que os alunos permanecem na escola, e não na qualidade do ensino oferecido a cada um dos extratos analisados, o que poderia trazer uma percepção mais profunda do abismo que existe entre os grupos analisados. Quando pensada em um contexto de normalidade, percebe-se que há uma enorme desigualdade educacional no Brasil. O que dizer então de um contexto que foge do ordinário, como a pandemia?

4. A ERA DA TECNOLOGIA ALIADA À EDUCAÇÃO

O século XXI chegou propondo a tecnologia como a grande solução para facilitar o acesso e melhorar a qualidade do ensino no Brasil. Boa parte dessas promessas se cumpriu, com a chegada da *internet*, computadores e equipamentos em muitas escolas. Alunos e professores vislumbraram um novo mundo, a partir das telas. É fato que o acesso à *internet*, aos computadores, celulares e tantos outros recursos advindos dos avanços tecnológicos mudaram a maneira de viver, comunicar-se e estudar. Mas a pergunta que fica é: o acesso é igualitário e com a mesma qualidade para todos?

Com a pandemia, em 2020, a relação entre tecnologia e educação se estreitou rápida e vertiginosamente. Em muitos lugares, a sala de aula é a tela do computador ou o celular e o contato com os professores e colegas é virtual. O cenário expôs a enorme desigualdade social que existe no Brasil e o quanto o acesso à tecnologia está intimamente ligado a questões sociais e econômicas.

Segundo pesquisa do Instituto Data Folha/Itaú Social, durante o ano de 2020, 27% dos alunos das redes municipais e estaduais não receberam nenhum tipo de atividade de ensino remoto. Nas regiões Nordeste e Norte, esse número chegou a 39% e 48%, respectivamente. Para muitas crianças e adolescentes do Brasil, o ano letivo de 2020 foi totalmente perdido. As dificuldades e falta de estímulo para estudar fizeram 4 milhões de brasileiros abandonarem a escola, o equivalente a 8,4% dos




estudantes. Entre as principais causas apontadas para deixar a escola estão problemas financeiros e a dificuldade com o ensino remoto.

Dificuldade de acesso à *internet*, falta de espaço para estudar em casa, pais despreparados para ajudar os filhos na lição. Os problemas mostrados na reportagem que está neste *link* se repetiram por todo o país.

Dificuldade de acesso à internet é entrave para o ensino remoto de alunos das periferias do país

Não foram apenas os estudantes que sofreram com as mudanças trazidas pela pandemia. Pesquisa feita pelo Instituto Península com professores da educação básica de escolas públicas e particulares do Brasil mostra que 83% se sentem pouco preparados para o ensino remoto e 88% nunca havia dado aula de forma virtual, antes da quarentena.

A saúde mental dos profissionais da educação também foi afetada pelas mudanças, sendo que sentimentos de medo, tristeza, insegurança, ansiedade e incerteza foram os principais relatados pelos professores em relação às condições de trabalho de 2020. Boa parte desses sentimentos está ligada à mudança repentina na forma de trabalho e na falta de preparo para lidar com as particularidades do ensino remoto. Embora a Educação a distância seja uma realidade no Brasil, há muitos anos, o ensino remoto foi uma novidade emergencial que pegou muitos profissionais de surpresa.



Embora o cenário de constantes evolução tecnológica tenha anunciado uma migração da educação para as plataformas *on-line*, a urgência de migrar rapidamente para o ensino remoto fez com que as plataformas digitais fossem utilizadas meramente como instrumentos de transmissão de conteúdos e não pensadas como espaços educacionais, ao contrário do que acontece na educação à distância.


Há diferença entre a educação a distância e ensino remoto. Enquanto a EAD tem uma tradição de mais de vinte anos, no Brasil, com profissionais e pesquisadores dedicados em pensar metodologias e formatos para melhor atingir os objetivos educacionais, o ensino remoto surgiu para suprir uma emergência. Segundo HODGES *et. al.* (2020, p. 3), o ensino remoto surge “[...] como um termo alternativo comum usado por pesquisadores da educação *on-line* e profissionais para estabelecer um claro contraste em relação ao que muitos de nós conhecemos como educação *on-line* de alta qualidade.”


Diferenciar o ensino a distância, que conta com uma sofisticada rede de conhecimentos pedagógicos do ensino remoto ajuda a compreender as dificuldades encontradas tanto por professores quanto por alunos, no cenário educacional da pandemia. Sem adaptação das metodologias e aulas *on-line* que reproduziam a sala de aula presencial, os alunos sentiram muitas dificuldades em absorver os conteúdos e elaborá-lo. Já os professores, fizeram o possível para continuar estimulando os alunos, desdobrando-se e se reinventando, mesmo que muitas vezes não tivessem orientações claras do que fazer e como fazer.


5. COMO FAZER, ENTÃO?

Após apresentar os impactos provocados pela pandemia, no contexto da educação brasileira, e em como a sociedade, especialmente as crianças e adolescentes, foram afetados por todas essas mudanças, a última parte deste material propõe-se a apresentar uma proposta prática. As grandes tragédias trazem na bagagem a experiência e a possibilidade de adaptar aquilo que se aprende em tempos difíceis, para os dias melhores. É possível prever que o *on-line* continuará fazendo parte da experiência docente, o que é chamado de modelo híbrido de educação.

Dessa forma, um grupo de pesquisadores da Universidade Aberta de Portugal, uma das grandes referências em educação à distância no mundo todo, publicou material que serve como guia para a preparação de aulas remotas, útil para a experiência de todos aqueles que se dedicam à educação. De acordo com os pesquisadores, “[...] é urgente e necessário transitar desse ensino remoto de emergência, importante nessa primeira fase, para uma educação digital de qualidade.” (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020, p. 352). Como fazer isso? Eles propõem alguns passos, resumidos na sequência.

- 
1. **Implementação do GPS (Guia Pedagógico Semanal):** o GPS é um cronograma de atividades com todas as informações e orientações necessárias aos estudantes para acompanhar as aulas *on-line* e priorizar e sequenciar as tarefas. Deve ser reformulado e fornecido semanalmente.
 2. **Comunicação no ambiente digital:** no ensino remoto, o professor é obrigado a assumir outros papéis além da transmissão do conhecimento. Ele guia o processo de autoaprendizagem e de aquisição de autonomia do aluno. Cabe ao professor os papéis de motivador, criador de recursos digitais e avaliador de aprendizagem. Para cumprir essas funções, cabe ao professor compreender e dominar as especificidades da comunicação síncrona e assíncrona. A primeira é a comunicação imediata, que acontece durante as interações das aulas, nos *chats* e *lives*. A segunda, não imediata, é feita por fóruns e grupos virtuais nos quais se fixam recados, avisos e comunicações que não necessariamente exijam imediatismo na resposta.

- 
3. **Seleção de tecnologias:** é importante que o professor conheça os *softwares* e suas funcionalidades, já que a educação digital depende desses recursos. Por isso, é necessário promover práticas pedagógicas e didáticas que sustentem um conhecimento coletivo e uma aprendizagem colaborativa.
4. **Recursos digitais e tecnologias audiovisuais:** os elementos audiovisuais (vídeos) são peça central no ensino *on-line*, pois permite ao aluno uma experiência parecida com a de uma sala de aula presencial tradicional. Há uma infinidade de conteúdos gratuitos, disponíveis na rede, que podem ser utilizados pelo professor, porém, para um processo mais efetivo de aprendizagem, é preferível que o professor produza o próprio material, adequando o conteúdo à linguagem da turma. Com o fácil acesso aos celulares, não é difícil produzir vídeos e há vários tutoriais disponíveis na *internet* com informações de como aperfeiçoar a qualidade das gravações. Os vídeos não devem ser muito longos, pois se tornam cansativos e enfadonhos. Se o conteúdo for extenso, o professor o divide em vários vídeos de curta duração.



5. **Preparação de e-atividades:** “Uma sala de aula *on-line* não é um repositório de conteúdos digitais, é um espaço ativo e dinâmico onde os estudantes recebem informações sobre atividades *on-line* que devem realizar, dentro e fora da plataforma, individualmente ou em grupo, exatamente como um ambiente de aula física.” (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020, p. 357). Dessa forma, as atividades *on-line* estimulam o aluno, de forma individual ou coletiva, a interpretar e partilhar o conhecimento. Experimentações, resoluções de problemas, análises nas quais precise relacionar o conteúdo com a vivências são exemplos de atividades que promovem no estudante um papel ativo, incentivam a comunicação e a reflexão.

6. **Avaliação digital:** é síncrona ou assíncrona e baseada em atividades contínuas que permitam ao estudante monitorar o processo de aquisição de conhecimento. Os alunos podem, por exemplo, apresentar trabalhos ao vivo para a turma ou então gravar vídeos individuais e enviar ao professor. Os critérios de avaliação precisam estar muito claros para os alunos e o professor necessita exercitar muito bem as habilidades de mediador, orientador, motivador e consolador. O *feedback* é constante e de qualidade, sempre especificando os critérios avaliativos acordados e fugindo de comentários genéricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste *e-book* foi apresentar um panorama da educação brasileira contemporânea, especialmente no contexto extraordinário vivenciado em 2020, com a pandemia de Covid-19 que acentuaram feridas históricas da sociedade. Ao analisar a relação entre educação e sociedade no Brasil conclui-se que esteve baseada, desde os seus primórdios, em processos de elitismo e exclusão. Situações de crise, como a vivida em 2020, servem para acentuar ainda mais a desigualdade e o abismo educacional que separa ricos e pobres. Como professores e profissionais da educação, é preciso estar atentos e compreender como esses processos de desigualdade são formados para minimizá-los e combatê-los na prática de educador.

As indicações apresentadas na última parte do *e-book* têm a intenção de auxiliar os futuros profissionais a pensarem em metodologias úteis em tempos de crise ou da nova realidade do ensino híbrido que se apresenta como uma realidade para o momento atual. Dessa maneira, espera-se que o *e-book* contribua para a reflexão e discussão do papel dos futuros professores de Letras, em sua prática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL, C. I. do. Total médio de anos de estudo cresce no Brasil, diz pesquisa do IBGE. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-06/total-medio-de-anos-de-estudo-cresce-no-brasil-diz-pesquisa-do-ibge>. Acesso em: 17 jul. 2021.

DEBRET, J. B. **Uma senhora de posses em sua casa**. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/contrastes-sociais-brasil-colonia-debret/>. Acesso em 19 de julho de 2021.

FERREIRA JR., A. **História da educação brasileira**: da colônia ao século XX. São Carlos: UFSCAR, 2010.

HODGES, C.; TURST, T.; MOORE, A. Diferenças entre o aprendizado *on-line* e o ensino remoto de emergência. **Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia** v. 2, p. 1-12, 2020.

LAJOLO, M; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2019.

MOREIRA, J. A. M; HENRIQUES, S.; BARROS, D. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Revista Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020. Acesso em: 19 jul. 2021.

PNAD IBGE. Educação 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

INSTITUTO PENÍNSULA. Em quarentena, 83% dos professores ainda se sentem despreparados para ensino virtual. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/em-quarentena-83-dos-professores-ainda-se-sentem-despreparados-para-ensino-virtual-2/>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

ITAÚ SOCIAL. Pesquisa aponta que 74% dos alunos das redes públicas recebem algum tipo de atividade não presencial durante a pandemia. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/74-dos-alunos-das-redes-publicas-recebem-algum-tipo-de-atividade-nao-presencial-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ
UNICENTRO**

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB**

Prof.^a Dr.^a Claudia Maris Tullio
Coordenador Geral Curso

Prof. Me. Cléber Trindade Barbosa
Coordenador Geral NEAD / Coordenador Administrativo do Curso

Prof.^a Me.^a Marta Clediane Rodrigues Anciutti
Coordenadora de Programas e Projetos / Coordenadora Pedagógica

Denise Cristina Holzer
Apoio Pedagógico

Ruth Rieth Leonhardt
Revisora

Murilo Holubovski
Designer Gráfico

August de Richelieu/Pexels
William F. Santos/Unsplash
Foto

Ago/2021